

Movimentos populares e museologia social: a experiência do Museu Vivo do São Bento em Duque de Caxias, RJ

Popular movements and social museology: the experience of the Museu Vivo do São Bento in Duque de Caxias, RJ

Movimientos populares y museología social: la experiencia del Museu Vivo do São Bento en Duque de Caxias, RJ

Nielson Rosa Bezerra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0003-2211-5389>
bezerranielson@hotmail.com

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0003-1301-7824>
gil.barao@hotmail.com

Paula Ribeiro
Universidade Estácio de Sá
paularib@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-6976-0014>

RESUMO

Ancorados nas ideias de experiência e de museologia social, este artigo se propõe a apresentar uma análise do processo de formação e consolidação do Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e sua relação com a comunidade. A experiência do Museu Vivo do São Bento se forjou no *fazer-se* da classe trabalhadora de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, por meio da inserção do direito à memória no conjunto de reivindicações sociais protagonizadas pelos movimentos populares das décadas de 1980 e 1990. A perspectiva de criação do Museu foi a da construção de uma identidade coletiva, através de um passado comum que oferecesse significados de identidade e pertencimento para moradores, professores, alunos e pesquisadores do território da Baixada Fluminense.

Palavras-chave: História Local. Memória. Museologia Social. Museu Vivo do São Bento.

ABSTRACT

Anchored on the ideas of experience and social museology, this article aims to present an analysis of the process of creation and consolidation of the Living Museum of São Bento and its relationship with the community. The experience of the Living Museum of São Bento was

forged in the working class of Duque de Caxias and Baixada Fluminense, in de State of Rio de Janeiro, Brazil, through the insertion of the right to memory in the set of social claims carried out by popular movements of the 1980s and 1990s. The perspective of creating a Museum was that of constructing a collective identity through a common past that would offer meanings of identity and belonging to residents, teachers, students and researchers from the Baixada Fluminense territory.

Keywords: *Local History. Memory. Museu Vivo do São Bento. Social Museology.*

RESUMEN

Anclado em las ideas de la experiencia y la museología social, este artículo propone presentar un análisis del proceso de formación y consolidación del Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, município del Estado de Rio de Janeiro, Brasil, y su relación con la comunidade. La experiencia del Museu Vivo do São Bento se forjó en la conformación de la classe trabajadora del Duque de Caxias y Baixada Fluminense, mediante la inserción del derecho a la memoria en el conjunto de reivindicaciones sociales lideradas por los movimientos populares de los años ochenta y noventa. La perspectiva de la creación del Museo fu la construcción de una identidade colectiva, a través de un pasado común que ofreciera significados de identidade y pertinência a vecinos, professores, estudantes e investigadores del territorio de la Baixada Fluminense.

Palabras clave: *Historia local. Memoria. Museología social. Museu Vivo de São Bento.*

Introdução

A formação social contemporânea da Baixada Fluminense confunde-se com o processo de eclosão dos movimentos sociais que associavam interesses e identidades que reivindicavam direitos para a população desde os anos 1950 e conheceu o seu ápice durante a década de 1980, uma vez que sua população é majoritariamente formada por membros das classes populares e que o Estado, historicamente, não garantiu o acesso aos direitos básicos estabelecidos na legislação do país. Entende-se por Baixada Fluminense a região geográfica na qual se localizam 13 municípios localizados de norte para o oeste da Baía de Guanabara: Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí.

No último Censo nacional (IBGE, 2010), o conjunto desses municípios totalizou mais de 3 milhões de habitantes, cuja renda média não é superior a dois salários mínimos. Ainda de acordo com o Censo, em 2010 a população atendida por saneamento básico era inferior a 10%, a escolarização média era o Ensino Médio incompleto, além de apresentar insuficiência de serviços básicos para atender à população em geral. A Baixada Fluminense também se caracteriza pela ausência de iniciativas governamentais no campo da cultura e

da preservação do patrimônio histórico e cultural, sendo o ensino público o principal meio de acesso ao debate sobre as questões relacionadas à construção de uma identidade local. Contudo, nas cidades da Baixada Fluminense a organização social de movimentos populares demanda um debate mais aprofundado em relação às narrativas construídas sobre os indivíduos e a coletividade formada pelos trabalhadores que ocuparam os entornos da baía da Guanabara.

Nesse texto, interessa-nos pensar a Baixada Fluminense com relação aos movimentos sociais, sobretudo os movimentos de reivindicação de direito à memória. Com esse objetivo, debruçamo-nos sobre as experiências coletivas que deram origem e consolidaram o Museu Vivo do São Bento, primeiro museu de percurso na Baixada Fluminense. A partir dessa experiência, será possível perceber que a população da Baixada Fluminense tem uma história de organização popular voltada para a luta por direitos básicos, como educação, saúde e moradia. No processo de elaborar a própria memória dos movimentos populares, surgiu o interesse em difundir o conhecimento sobre o território da Baixada Fluminense, bem como sua inclusão nas aulas de formação dos professores e dos alunos das escolas públicas da Baixada Fluminense.

Movimentos populares e o direito à memória

O Museu Vivo do São Bento está localizado no bairro São Bento, segundo distrito do município de Duque de Caxias, Campos Elíseos. Duque de Caxias possui aproximadamente um milhão de habitantes (IBGE, 2010). No segundo distrito, além do Museu Vivo do São Bento, não há qualquer outro equipamento cultural mantido pelo poder público, seja na área da música, do teatro ou de artes integradas. Os espaços culturais existentes no segundo distrito de Duque de Caxias resultam de iniciativas dos movimentos sociais ou de cultura popular tradicional, mantidos em geral por contribuição voluntária de seus membros e colaboradores e, em poucos casos, por financiamentos oriundos da concorrência de editais de fomento. O que se constata é que as ações de cultura e educação patrimonial no município de Duque de Caxias não representam uma ação organizada do poder público, mas sim iniciativas dos movimentos populares.

Durante as duas últimas décadas do século passado, o município de Duque de Caxias experimentou uma intensa mobilização popular empreendida pelos movimentos sociais, representando lutas por melhores condições de vida e de trabalho, travadas por associações de bairros e sua federação municipal, o Movimento de União de Bairros (MUB), Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), pastorais sociais, sindicatos, organizações

dos trabalhadores rurais, grupos de resistência cultural, movimentos ambientalista, estudantil, feminista e negro. Entre as lutas construídas pelos movimentos sociais destacaram-se aquelas em defesa dos direitos humanos, da educação pública para todos, de um plano municipal de saneamento, de moradia, dos direitos da mulher, da melhoria dos transportes e da iluminação pública, da revitalização dos postos de saúde e da resistência contra o preconceito racial. Greves por melhores condições de trabalho, principalmente as organizadas por professores, bancários, químicos e petroleiros, assim como iniciativas culturais comunitárias, como as lutas contra as injustiças ambientais e pelo direito à memória e ao patrimônio, movimentaram setores significativos da sociedade local (SOUZA, 2011).

Esses movimentos sociais eram constantemente inspirados na história das lutas dos trabalhadores que viveram na Baixada Fluminense desde os tempos coloniais. As histórias da Aldeia Jacutinga, formada pelos índios tupinambás, que foram exterminados no processo de ocupação europeia, e da Hidra de Igoassu, organização quilombola que se formou na região entre os rios Sarapuí e Iguaçu, eram constantemente lembradas nas reuniões de formação dos movimentos populares. Do mesmo modo, as lutas camponesas e dos operários do município ao longo do período da ditadura militar (1964-1985) também eram constantemente referidas para estabelecer uma experiência coletiva através da construção do passado, de modo que fizesse sentido para as classes trabalhadoras e suas demandas locais. Toda essa efervescência favoreceu reflexões acerca da cidade que se tem e da cidade desejada e, sobretudo, tornou transparente as exigências dos atores sociais subalternizados e/ou populares, desejosos de sair da invisibilidade. A luta pelo direito à memória, à História e ao patrimônio mobilizou principalmente professores das áreas de ciências humanas, em especial historiadores, e militantes culturais.

Nesse processo, uma das demandas se deu, em 1990, através da reivindicação dos professores da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias para a obrigatoriedade da inclusão do ensino da história local na Lei Orgânica Municipal. Desde então, havia um embrião da rede de história local em Duque de Caxias que, aliada a militantes de outros municípios, formavam uma teia de interesses voltados para a valorização do patrimônio e da memória da Baixada Fluminense (SILVA; SOUZA, 2009). Um desses militantes era formado por professores e alunos do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC). Em 1992, foi organizada uma série de atividades visando promover um processo de formação continuada para os professores das redes públicas e os alunos que estavam cursando

licenciatura em História. Entre essas atividades, destacavam-se os estudos de campo, a elaboração de monografias sobre bairros e os encontros e oficinas de ensino de História. Em 1996, foi registrado o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de História da Baixada Fluminense (CEMPEDOCH-BF) no regimento institucional da FEUDUC. Contudo, tratava-se de uma instituição particular, com uma série de limitações, sobretudo para os alunos dela egressos que trabalhavam em outras atividades, sem qualquer reconhecimento e perspectiva profissional. Desse modo, surgiu a ideia da criação de uma instituição independente, capaz de representar e amparar os interesses coletivos dos novos historiadores que se formavam na cidade, com claro interesse em conhecer, apreender e ensinar sobre a história e a memória da Baixada Fluminense (MARQUES, 1999).

Assim, para contar e recontar a história do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, os historiadores se organizaram na Associação de Professores Pesquisadores de História – APPH-Clio, fundada oficialmente em 1999, mas cujas ações existiam desde os tempos de formação do CEMPEDOCH-BF. Em princípio, a APPH-Clio se organizava em torno de um grupo de estudos sobre Teoria e Metodologia da História, uma vez que todos os seus membros tinham interesse em cursar Mestrado em História com projetos cujas temáticas tinha a Baixada Fluminense como recorte territorial. Além disso, a APPH-Clio também organizava cursos de formação de professores sobre a história dos municípios da Baixada Fluminense, além de estudos de campo sobre o patrimônio cultural identificado no território. As duas principais ações que marcaram definitivamente aquele movimento de construção da história da Baixada Fluminense foram a criação da publicação “Hidra de Igoassú: Caderno de História Local e Regional”, publicada regularmente entre 1999 e 2004, e a realização dos Congressos de História da Baixada Fluminense, cuja primeira edição se deu em 2000 e se seguiu com intervalos de dois ou três anos até 2012 (LAURENTINO, 2016).

É importante registrar que essas iniciativas populares se institucionalizaram à medida que ganhavam intensidade e prestígio. Os membros da APPH-Clio eram oriundos da classe trabalhadora, estudantes egressos de escolas públicas, professores formados no Departamento de História da FEUDUC e concursados nas redes públicas de ensino da Baixada Fluminense. Portanto, tratava-se de uma experiência coletiva que formava uma identidade comum através do *fazer-se* para melhor empreender as práticas e os costumes que permitem a formação de uma consciência de classe (THOMPSON, 1987). Eram trabalhadores que, no campo da cultura e do patrimônio, buscavam nas memórias

subterrâneas da Baixada Fluminense um passado comum que pudesse contribuir para forjar uma memória coletiva (POLLACK, 1999).

O processo de institucionalização da APPH-Clio fortaleceu o CEMPEDCH-BF e o Departamento de História da FEUDUC, que chegou a ter mais de 600 alunos matriculados. A tradição de aprovar seus alunos nos concursos para o magistério no ensino público do Estado do Rio de Janeiro somou-se aos primeiros resultados de alunos que ingressaram em cursos de Mestrado em História de diferentes universidades públicas no Estado. Em pouco tempo, os membros da APPH-Clio, que comumente eram professores da FEUDUC, tornaram-se referência para palestras, debates, cursos e oficinas em escolas, igrejas, sedes de partidos e sindicatos, casas de candomblé, grupos comunitários de pré-vestibular, entre outros. Entretanto, os membros da APPH-Clio, em meio a disputas internas e interesses diversos, sabiam que a FEUDUC não atenderia aos interesses e aspirações individuais e coletivas, em função de suas limitações institucionais. Com isso, havia interesse em transformar aquela experiência em políticas públicas, de forma que fosse assegurada a continuidade de programas e projetos de formação de professores e alunos sobre a história que lhes fazia sentido, a história de sua cidade, de suas ruas, de suas comunidades, ou seja, a história da classe trabalhadora no território onde ela se forjava cotidianamente.

Desse modo, surgiu a necessidade de institucionalizar um espaço público para a promoção e a preservação do patrimônio material e imaterial do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Em 2005, o Sindicato dos Profissionais da Educação, Núcleo de Duque de Caxias, concordou em incluir como reivindicação de data-base dos profissionais da educação da rede municipal a criação do Centro de Referência Patrimonial e Histórica de Duque de Caxias (CRPH-DC). Depois de longa negociação, incluindo greve, assembleias e atos públicos, o CRPH-DC foi criado pelo Decreto nº 4806, de 23 de dezembro de 2005, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Posteriormente, esse decreto foi transformado na Lei Municipal nº 2225, de 2 de novembro de 2008:

Art.1º [...] CRPH é uma organização criada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, para estatal mista, com fim público, e gerida paritariamente por representação da sociedade civil e do poder público, sem qualquer discriminação: I. Com ausência de finalidade de lucro; II. Ausência de remuneração para os seus dirigentes ou conselheiros; III. Os membros da Diretoria Executiva serão funcionários públicos cedidos pelo poder Público sem ônus para a instituição; IV. Não podem distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação (DUQUE DE CAXIAS, 2008).

Desde o decreto de 2005, o objetivo foi dar condições para a fundação de um espaço museológico, de formação continuada, pesquisa e documentação da história local. Conforme a Lei 2225/2008, artigo 2º, a finalidade do CRPH-DC é

A promoção, a preservação e a guarda do patrimônio documental, tecnológico, arquitetônico, artístico, ambiental, arqueológico, e realizar pesquisas relativas à História da Baixada Fluminense de forma a: - I. Estabelecer espaços museais em nossa cidade (DUQUE DE CAXIAS, 2008).

Além disso, organizou-se a elaboração de material didático para que fosse distribuído gratuitamente nas escolas públicas da cidade. Entre cursos, palestras e grupos de estudos organizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação as visitas de campo eram as mais concorridas entre professores e alunos das redes públicas, inclusive da rede estadual e das redes públicas de municípios contíguos, muitos deles já participavam desses estudos de campo desde os tempos de FEUDUC. Dentre as visitas de campo, o percurso que já era realizado no bairro São Bento recebeu uma adesão cada vez maior em função das memórias do antigo Núcleo Colonial do São Bento, da APA do São Bento, da Casa de Vivenda da Fazenda Iguazu e da Capela de Nossa Senhora dos Homens Pretos, datadas do período colonial. Esses marcos históricos se associavam ao interesse pelo Sambaqui do São Bento, então situado nos fundos da casa de um senhor que gentilmente permitia que todos os grupos pudessem ver as conchas que estavam ali desde as primeiras ocupações do entorno da baía da Guanabara (SOUZA, 2011).

Aos poucos, o bairro São Bento foi se tornando um território em que se acumulava muito saber sobre a história local. Havia marcos de relevância histórica desde os tempos pré-cabralinos, passando pelo período colonial e se estendendo até os tempos mais recentes. Contudo, o sentimento de pertencimento se deu através de uma experiência coletiva bem inusitada. Em um dia comum de visitas ao São Bento, notou-se que o proprietário do terreno onde se localizava o sambaqui havia colocado uma placa para vender o lote. De forma uníssona, os presentes ficaram espantados e preocupados com o futuro daquele patrimônio que remetia ao passado mais recôndito da Baixada Fluminense. Desse modo, ainda na localidade, foi idealizada a campanha S.O.S. Sambaqui do São Bento. Essa campanha foi um verdadeiro movimento de experiência coletiva em defesa do patrimônio Um sambaqui, que estava esquecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural Nacional (IPHAN) e completamente ignorado pelo poder público em geral, foi acolhido pela população de Duque de Caxias através de seus alunos e professores. Mais de duas centenas de contribuições, desde centavos doados por crianças

do Ensino Fundamental, passando por contribuições individuais de professores, até quantias mais significativas oferecidas por sindicatos da cidade formaram um montante suficiente para comprar o lote e assegurar a preservação daquele patrimônio que receberia o simbólico nome de Sítio Escola Sambaqui do São Bento.

Com a campanha do Sambaqui do São Bento, o sentimento de pertencimento favoreceu a ampliação das reivindicações populares pelo direito à memória e ao estudo da história local do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Embora se trate de um sítio arqueológico modesto, formado basicamente por um sambaqui de encosta, pesquisadores, professores e alunos consideravam um importante lugar de memória da presença do homem antigo no local. Anos mais tarde, com a escavação do sambaqui, foi determinado que, além das conchas, havia dois sepultamentos de sambaquieiros que viveram no entorno da baía da Guanabara há aproximadamente 4 mil anos antes do tempo presente. Para fins didáticos, de educação patrimonial e de preservação das primeiras ancestralidades da vida humana em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense, o sambaqui do São Bento representou um avanço incomensurável da experiência coletiva no *fazer-se* da classe trabalhadora da cidade (SILVA; SOUSA, 2009, p. 151-152).

Museu Vivo do São Bento: uma experiência de Museologia Social

O Museu Vivo do São Bento foi institucionalizado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, por intermédio da Lei Municipal nº 2224, de 03 de novembro de 2008, em seu Artigo 2º:

Art. 2º- O Museu Vivo do São Bento é um complexo museológico instituído no território do Grande São Bento, no município de Duque de Caxias. Caracteriza-se como um museu de percurso, também denominado museu território ou ecomuseu (DUQUE DE CAXIAS, 2008).

“Um complexo museológico”, isto é, um percurso de memória que contava com dez referências, com destaque para o Sambaqui do São Bento e o Complexo Casarão da Fazenda Iguaçu e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que já eram tombados como patrimônio nacional. Contudo, outras referências do bairro, como as tulhas, o telégrafo, o prédio do antigo Renascer, o antigo prédio da Escola Municipal Nísea Vilela, a antiga Casa de Colono, a Casa do Administrador, entre outras, foram tombadas, pela mesma lei, como lugares de memória e edificações patrimoniais. Contudo, sua existência não se restringe ao percurso principal, sendo possível realizar os chamados percursos

secundários, de forma que seja possível contemplar outras histórias, outras demandas e reivindicações populares ao direito à memória. De acordo com a Lei 2224/2008, a finalidade do Museu Vivo do São Bento é:

I. Fortalecer o movimento de defesa do patrimônio material e imaterial do território do Grande São Bento; II. Afirmar o território caxiense como um lugar de Memória e de História; III. Assegurar a importância dos sujeitos históricos que aqui viveram e vivem como atores sociais construtores do seu tempo; IV. Investigar as heranças herdadas, pensando a cidade na longa duração, permitindo assim a projeção do que queremos para mesma; V. Assegurar a construção de sentimentos de pertencimento e de coletividade (DUQUE DE CAXIAS, 2008).

Como todo espaço museológico, o Museu Vivo do São Bento também é um espaço de memória, onde se contam diferentes histórias ao longo de sua visita. As exposições são, predominantemente, focadas na história da cidade. No entanto, há um movimento recente que objetiva organizar exposições de pintores, poetas e escultores da Baixada Fluminense. Além disso, o percurso permite contar as histórias de forma dinâmica e pedagógica, oferecendo ao visitante uma experiência pessoal e direta com os objetos, as edificações, os vestígios históricos e arqueológicos deixados pelo homem através do tempo. Além da exposição, a pesquisa histórica e educacional que oferece dados e sustentação metodológica para as atividades permeia todo o trabalho museal, permitindo o aprofundamento do olhar sobre os acervos e a história contada, assim como a qualificação das próprias exposições, que são dinâmicas e interativas. Por outro lado espera-se que a investigação histórica cotidiana também favoreça a ampliação de acervos e de documentação do próprio museu.

Concebido com base nos princípios da Nova Museologia, o museu articula a defesa do patrimônio local, a intervenção na realidade social e o envolvimento das comunidades locais, afirmando, assim, o sentimento de pertencimento dos sujeitos construtores do seu tempo. Para dar sentido a esse debate, é importante destacar o conceito de Museologia Social que, segundo Moutinho, “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (MOUTINHO, 1993, p. 07). Portanto, essa Nova Museologia emergiu da necessidade de se acompanhar as transformações ocorridas na sociedade, que deveriam ser contempladas nos espaços museais, uma vez que se trata de instituições voltadas para representar as diferentes realidades sociais e culturais de um grupo ou território. Desse movimento de diálogo entre as ciências sociais e as demandas e reivindicações populares propõe-se a transição entre um modelo de museu pouco interativo, distante da população e da

sociedade, para um modelo mais dinâmico, conectado com o seu contexto social. De acordo com Moutinho (MOUTINHO, 1993, p. 08), isso só foi possível mediante o “alargamento da noção de patrimônio”.

O Museu Vivo do São Bento é uma experiência de Museologia Social, tendo em vista que a criação desse espaço se dá em um contexto de mudança de paradigma sobre a ideia de “objeto museológico”, uma vez que no centro da sua existência está o que se compreende como “sujeitos museológicos”, já que a ideia de um “museu vivo” está no fato de sua “reinvenção cotidiana”. A cada visita, cada vez que o percurso é realizado, novas histórias são percebidas, apreendidas e contadas, pois sua maior expressão não está em objetos, mas nos sujeitos históricos. Desse modo, rompe-se com uma visão reducionista da perspectiva de objeto, ampliando um olhar sobre o outro como parte de nós mesmos. As histórias ali contadas fazem parte de quem conta e de quem ouve, mesmo que sejam provenientes de outras localidades da cidade. Assim, no Museu Vivo do São Bento os sujeitos são protagonistas, agentes de suas histórias, que podem ser incluídas ou suprimidas de cada experiência, o que caracteriza o que já chamamos de “reinvenção cotidiana” no processo museológico.

O São Bento é um bairro que “vira museu”, um museu vivo, uma vez que são as histórias cotidianas do tempo presente, entrelaçadas com as memórias mais recentes e as mais distantes, do passado, que formam a alma do Museu Vivo do São Bento. A relação com o território é reinventada a cada visita, sobretudo dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas do município. A ideia de um “museu palácio”, apenas para se contemplar, aos poucos também vai se transformando em uma ideia da possibilidade de um museu mais humano, uma história cotidiana em que todos nós somos seus sujeitos. O estranhamento inicial logo se transforma em interesse e entusiasmo, pois o território ganha novos significados e outras temporalidades históricas são reconhecidas a partir de um contexto social que faz mais sentido para o visitante.

O Museu tem formado coleções de imagens, documentações dos moradores e objetos. A coleção recebe o nome do morador e é disponibilizado o acesso à pesquisa. Os objetos do acervo não se assemelham a algo como a coroa do Imperador do Brasil, D. Pedro I; podem ser a máscara de escravos encontrada por uma moradora à beira-rio, o marco de quilometragem da Avenida Automóvel Clube, a carteirinha do funcionário do Ministério da Agricultura, o acervo pessoal do mestre do Reisado Flor do Oriente, ou o livro de fundação do Esporte Clube São Bento. Acervos encontrados nos baús de guardados caseiros, documentos garimpados nos arquivos públicos, registros de vivências,

de lutas pela sobrevivência e da arte de inventar, rezar, cantar, morar e sonhar. Assim, o Museu Vivo do São Bento apresenta os ingredientes requeridos de um museu: possui documentação, pesquisa, exposições, sede e acervo. Carrega a marca do movimento do passado e do presente. É espaço de estudo, de intercâmbio cultural e de lutas sociais em defesa da vida e da cidade de Duque de Caxias.

O “Museu de Percurso”, também denominado “Museu de Território”, qualifica o movimento humano em seu tempo histórico e em seu lugar. Essa ação, compreendida como as intervenções dos homens, são recontadas como ação político-pedagógica. Nasce como práxis, na medida em que se torna possibilidade de educar no viés do direito à memória, à história e ao patrimônio. Oportuniza a afirmação da identidade individual, que é, ao mesmo tempo, coletiva. Os fazeres/saberes do museu têm como referência a cumplicidade com a população local. Dessa forma, o museu compreende a educação patrimonial como processo que se dá nas relações sociais. Assume como pressuposto a concepção de um fazer/refazer com os sujeitos locais, a comunidade, os profissionais da educação, os pesquisadores, os alunos, articulando museu e escola viva e amorosa em relação à tessitura do homem/mulher como sujeitos sempre em movimento.

O Museu Vivo do São Bento se constitui com foco na questão da identidade local em um processo coletivo de luta por direitos, entre eles, o direito à memória. Desse modo, novas trilhas pedagógicas são coletivamente elaboradas e compartilhadas entre as pessoas envolvidas ao longo do processo. A atuação dos mediadores pedagógicos na mediação das relações comunitárias e familiares permite a ressignificação das percepções individuais e coletivas sobre a realidade local, repensando os contextos locais.

O território é concebido, aqui, essencialmente como um lugar de vivência humana, sendo fundamental o esforço de torná-lo documento a ser investigado para fins de análise dos diferentes usos que os homens fizeram dele. Portanto, o território guarda as realizações dos homens, tornando-se lugar de referências, de significados. Ao conhecê-lo, exploram-se novas vias de interpretação da realidade, constroem-se outros significados, visitam-se as heranças, compreende-se melhor o presente e inventa-se a vontade da preservação do descoberto.

O bairro que vira museu está inserido em uma lógica de cumplicidade que possibilita múltiplas relações entre vivido, o território e o tempo em uma dimensão tão complexa que só é capaz de ser explicada pela simplicidade das pessoas comuns que formam a classe trabalhadora. A escuta, o olhar e o sentir são extensões de percepções que

se pode apalpar, visualizar e descrever para si mesmo e para os outros que demonstrem algum interesse.

A perspectiva da “reinvenção cotidiana” se estabelece por um olhar com atenção sobre aquilo que é recorrentemente esquecido, desconsiderado, desprezado e visto como desprovido de valor. Não é incomum ter vizinhos do museu questionando a importância histórica do percurso do qual eles também fazem parte. Também é comum receber alunos com um ceticismo inicial sobre a beleza e as histórias do Museu Vivo do São Bento. Quando moradores, alunos e visitantes começam a se perceber nas histórias ou a identificar memórias similares às de seus pais e avós, o sentido do percurso é completamente transformado, estabelecendo uma relação de empatia e de desejo de valorização. Histórias antes sem valor ganham novos sentidos e passam a receber a compreensão de patrimônio. De acordo com Chagas (2002, p. 5-11) “trabalhar com museu e patrimônios, em boa medida, é lidar com inutensílios”. Desse modo, o patrimônio está no reino das incertezas, isto é, o que não era patrimônio, depois de uma visita ao circuito pode passar a ser percebido como patrimônio cultural e a receber novas dimensões de importância. Para isso é preciso considerar uma dimensão política do patrimônio que envolve escolha, seleção, eleição, criação e comunicação. Portanto, é possível indicar uma totalidade difusa, fragmentada e submetida a uma dinâmica bem heterogênea envolvendo diferentes agentes sociais que fazem parte da elaboração da dimensão local do que seja ou não patrimônio (GONÇALVES, 2003).

Assim, é preciso valorizar a dimensão relacional entre patrimônio, território e comunidade, o que caracteriza em grande parte a formação dos acervos no âmbito da Museologia Social. Ao nos referirmos ao acervo em um museu de percurso é comum a desconfiança no que tange a ausência das coleções e dos objetos. Principalmente, quando esse museu compreende as edificações como acervo. Entretanto, no caso específico do Museu Vivo do São Bento, as edificações “falam” acompanhadas de um projeto de sinalização interpretativa, de exposições instaladas no interior dos lugares de memória visitados. No Sítio Sambaqui São Bento foi instalada uma exposição e um projeto de sítio escola em movimento que se faz e refaz a partir das vivências. No interior da área da sede da fazenda existem duas exposições (“A História da Fazenda do Iguçu” e “A Baixada Fluminense Retratada pelos Viajantes do Século XIX”) combinando painéis, objetos, álbuns de imagens e narrativas de memórias de antigos habitantes do núcleo colonial e dos viajantes do século XIX. Ainda há no projeto a possibilidade de ampliar e/ou refazer a exposição da História da Fazenda do Iguçu e da instalação de sala para expor as imagens

religiosas barrocas da Diocese de Duque de Caxias. Na sede administrativa, onde se encontra o arquivo contendo documentação acerca da Baixada Fluminense, são realizadas as pesquisas sobre a história local e as publicações. É possível ainda se ver telas pintadas por artistas locais representando a Baixada Fluminense e temáticas nacionais, objetos doados por moradores com referências identitárias do lugar.

É importante destacar do descaso do poder público em relação ao Museu Vivo do São Bento. A dificuldade quanto ao reconhecimento e a aceitação de instituições que representem a museologia social, sobretudo por parte das instâncias político-administrativas, é proveniente da associação do museu com a comunidade, o território, a população e o patrimônio. Há descrédito em relação à forma do museu de percurso, sobretudo por aqueles que apenas reconhecem os princípios tradicionais da museologia. Devido à simplicidade técnica e científica, as exposições e manifestações organizadas pelo museu foram recorrentemente ignoradas pelos representantes do poder público, sendo necessária a reafirmação da luta dos movimentos de reivindicação do direito à memória, do processo de salvamento do sambaqui e das inúmeras escolas que semanalmente visitam o percurso do Museu Vivo do São Bento (VARINE, 1987).

Considerações Finais

Na experiência em curso no Museu Vivo do São Bento é possível identificar a definição de percurso, de museu de percurso e museu território no contexto da Museologia Social. Há uma relação de “reinvenção cotidiana” das percepções de pertencimento e identidade, forjando-se outras perspectivas de patrimônio. Ao sair de casa para o trabalho, todo indivíduo transita por um percurso. Na medida em que esse percurso se torna frequente, o viajante ora poderá exercer a condição de homem-da-multidão mobilizado pelo movimento urbano, deixando-se levar pela acelerada e mecanizada transitoriedade, ou poderá se recusar a ser absorvido pelo ritmo, permitindo-se vagar, viajar e se deixar levar para outros percursos, outras possibilidades de olhar, observar, sentir e delirar poeticamente (BENJAMIN, 1989).

Os significados históricos do percurso do Museu Vivo do São Bento estavam soterrados nos subterrâneos das memórias do bairro e o processo de salvamento do sambaqui foi uma espécie de escavação simbólica do passado. Citando Walter Benjamin, “quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo” (BENJAMIN, 1995, p.239).

As experiências coletivas que garantiram a criação e a consolidação do Museu Vivo do São Bento e que permitem a sua existência e longevidade podem ser percebidas no campo das lutas reivindicatórias da população da Baixada Fluminense. A sustentação política dos projetos e programas de formação de professores, pesquisadores e alunos se faz possível pela reiterada construção cotidiana do *fazer-se* da classe trabalhadora.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BENJAMIN, Water. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras Escolhidas, v. 3)

_____. **Rua de Mão Única**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, v. 2)

CARNEIRO, Waldeck; *et all.* (orgs.). **Movimentos instituintes em educação**: políticas e práticas. Niterói: Intertexto, 2010.

CHAGAS, Mário. (org.). Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília/DF: IPHAN, n. 31, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CHAGAS, Mário; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (orgs.). Museus e políticas de memória. **Revista Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa/PT: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, v. 19, n.19, 2002. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília-DF, n. 34, p. 11-24, 2012.

DAVID, Fatima Bitencourt, RUFINO, Marcia Montilio, ALVARENGA, Marcia Soares de (orgs.). **Professores pensam a Cidade** – A Educação Pública em debate no município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação Editora, 2011.

DUQUE DE CAXIAS. **Lei Municipal nº2224**, de 03 de novembro de 2008. Institui a criação do museu de percurso no município de Duque de Caxias com a denominação de Museu Vivo do São Bento e efetiva o tombamento dos Lugares de Memória e das edificações patrimoniais do percurso. Disponível em: <<http://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1005>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

_____. **Lei Municipal nº2225**, de 07 de novembro de 2008. Cria o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e o Arquivo Municipal. Disponível em: < <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=1019>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ENNE, Ana Lucia dos Santos. "**Lugar, meu amigo, é minha Baixada**": Memória, Representações Sociais e Identidades. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

_____. Fluxos e interações da rede de memória história na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias/Baixada Fluminense, ano II, n.2, p.36-51, mai 2003. Disponível em: < http://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_02_n03_dezembro_2003.pdf>. Acesso em: mai. 2020.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. **História Local, Patrimônio e Culturas Afro-Brasileiras em Duque de Caxias (2000-2014)**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Periferias Urbanas). Rio de Janeiro: UERJ-Febf, 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto/PT: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Centro de Memória: uma invenção da História. In: **Hidra de Igoassú**: caderno de textos de História Local e Regional da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, ano 1. n. 1. p. 7-13, 1999.

_____. Centro de Memória: caminhos e descaminhos na produção da história da Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias/Baixada Fluminense, ano I, n. 01, p.79-94, out./dez. 2002. Disponível em: <http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2016/06/Ano_01_n01_outubro_novembro_dezembro_2002.pdf> Acesso em: mai. 2020.

MOUTINHO, Mário. **Museus e Sociedade**: reflexões sobre a função social do Museu. Caderno de Patrimônio, 1989.

_____. Sobre o conceito de Museologia Social. **Revista Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa/PT: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, v.1, n. 1, 1993. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

NAJJAR, Jorge. Educação Patrimonial e Identidade: algumas questões em debate. In: CARNEIRO, Waldeck (*et al*) (org.). **Movimentos Instituintes em Educação**: políticas e práticas. Niterói: Intertexto, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC/SP. São Paulo, v.10, p. 7-29, jul./dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 09 jan. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun. 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez. 1992.

SILVA, Marisa Gonzaga; SOUZA, Marlúcia Santos. Os professores e a construção do eco-museu no município de Duque de Caxias (RJ): um relato de experiência. In: PEREZ, Carmen Lucia Vidal; TAVARES, Maria Tereza Goudard; ARAUJO, Mairce da Silva. (Org.) **Memória e patrimônios**: experiências em formação de professores. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SOUZA, MarluCIA Santos de. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. **Revista Pilares da História**, Duque de Caxias/Baixada Fluminense, ano II, n.3, p. 37-54, 2003.

_____. Rede de Memória, História e Patrimônio em Duque de Caixas e Baixada Fluminense. Relatos de uma experiência coletiva. In: DAVID, Fatima Bitencourt; RUFINO, Marcia Montilio; ALVARENGA, Marcia Soares de (orgs.). **Professores pensam a Cidade – A Educação Pública em Debate no município de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: H.P Comunicação Editora, 2011.

VARRINE, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987

Submetido em 06/09/2020

Aprovado em 11/09/2020

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)